

*Resoluções da Plenária Estatutária da Fasubra  
realizada em 17 e 18 de janeiro de 2003, em Porto  
Alegre*

## **Conjuntura**

### **Aspectos da conjuntura internacional**

O mundo atravessa mais um momento de crise econômica, política e social. A economia da Europa não consegue superar a estagnação, mesmo com os esforços de integração continental. Os tigres asiáticos ainda sofrem os efeitos da recessão de 1999. O Japão também em dificuldades há mais de uma década. Os americanos não conseguem conter seu déficit público e suas consequências para o seu povo e para os países subdesenvolvidos.

São explícitos os sinais de falência do atual modelo econômico hegemônico: tendência à estagnação da economia, superprodução de capital e o endividamento das empresas, dos governos e da sociedade. Os avanços tecnológicos não conseguem dinamizar o sistema. As crises sucessivas da Argentina são uma prova concreta do esgotamento da receita do Consenso de Washington. A mesma política quebrou as economias de boa parte da América Latina, incluindo o Brasil.

Sem alternativas, Baby Bush anuncia um pacote fiscal com renúncia tributária superior a US\$ 600 bilhões. Vale lembrar que cerca de 80% do Produto Nacional Bruto dos EUA deve-se ao consumo de seu povo. A idéia, clara, é a de aquecer a economia, estimular o consumo e garantir sua reeleição, comprometida pela grave situação econômica, que tende a se agudizar. As guerras, uma marca da política intervencionista dos republicanos da era Bush, compõem o marketing de nação imperialista, poderosa e coordenadora do "eixo do bem".

Perto de 80% de toda a poupança feita no mundo realiza-se dentro ou sob influência da economia americana. Isto dificulta o fechamento de suas contas, mantendo déficit superior a 5% do Produto Bruto. Uma das válvulas de escape é a indústria bélica, responsável por uma soma

considerável em recursos, que movimenta pesquisas tecnológicas, gera empregos e aumenta as vendas de armas e munição. Não é à toa o apetite belicista de Baby Bush e a criação de "inimigos" (Afeganistão, Iraque e Coréia) para justificar ao Congresso Norte-americano e ao mundo cifras astronômicas em despesas de guerra. Crescem os protestos - dentro e fora dos EUA - contra a farsa da destruição do "eixo do mal".

Chama a atenção a situação política da Venezuela. O país vive uma incessante greve geral, atingindo sobretudo o setor petrolífero, o mais importante de sua economia. Uma aliança das camadas média e empresarial, em conluio com as forças imperialistas, tenta impedir uma saída nacional, democrática e popular, demonstrando as dificuldades em se romper, nas condições da correlação de forças atuais, as amarras do neoliberalismo. É imprevisível o desfecho desse embate, que mobiliza amplos setores populares e grande parte das Forças Armadas em apoio ao governo, contra os golpistas. A estratégica produção de petróleo venezuelana é o pano de fundo desta disputa. A luta do povo em apoio a Chávez merece o nosso apoio e solidariedade. Os acontecimentos da Venezuela mostram também a importância de disputar o apoio das camadas médias e empresariais para a proposta popular, nacional, democrática e desenvolvimentista.

O iminente ataque ao Iraque tem também motivações políticas e econômicas. As reservas petrolíferas, a insubordinação daquele país aos ditames norte-americanos, incomodam os EUA. Há uma contradição entre os países capitalistas na visão sobre a guerra contra o Iraque. Interesses diferenciados movem nações do Primeiro Mundo. O discurso de combate ao terrorismo não convence as nações para uma carta branca aos interesses norte-americanos. Vale lembrar que mesmo a invasão dos inspetores da ONU não conseguiu produzir "provas" que justifiquem uma ação militar. Temos que reeditar a campanha contra a guerra no Golfo e pela paz mundial.

Como forma de aumentar seu mercado, os americanos do norte investem firme na conclusão das negociações em torno da ALCA. São mais de 100 milhões de potenciais consumidores diretos, considerando, apenas, aqueles "enquadrados" no interesse do mercado. Passou a ser uma política de Estado e, para isso, a diplomacia tem sido usada para tirar do caminho toda e qualquer oposição a esta anexação política.

Os americanos querem transformar a América Latina no México de Vicente Fox, uma extensão territorial dos EUA, submissa, sem espaços para qualquer projeto nacional de desenvolvimento. Para isso, organizam golpes (Venezuela) e contestam projetos nacionais (Brasil). Lembremos que Cuba está excluída da agenda oficial de debates sobre o tema.

Destacam-se as primeiras iniciativas do governo Lula em liderar uma mudança de postura na América Latina.

Poucas são as nações não alinhadas com os interesses americanos. Cuba, Venezuela, Coreia, Iraque e China compõem um clube cada vez menor de nações soberanas. Muitas outras continuam à margem de qualquer possibilidade de crescimento. Quase todo o continente africano vive um processo crescente de dizimação e estímulo às guerrilhas, aonde a fome prepondera, após séculos de exploração de suas riquezas. Até a ONU já reconhece a situação como insustentável.

É este o momento de ir à luta, derrotar o imperialismo norte-americano, diminuir as desigualdades, a violência. Combater a fome e toda forma de discriminação. Os encontros nacionais e internacionais das classes trabalhadoras devem pautar o debate sobre a ruptura com o modelo econômico predominante. Um outro mundo é possível.

### **Aspectos da conjuntura nacional**

O povo brasileiro conquistou em outubro de 2002 uma vitória histórica com a eleição de Lula à Presidência da República. Foi o coroamento de séculos de lutas populares contra interesses hegemônicos das elites européias, americanas e brasileiras. Inaugura-se um novo momento nas relações políticas e, com ele, a tarefa de fazer dar certo um projeto nacional desenvolvimentista. A vitória de Lula e da frente de oposição despertou uma grande esperança popular em um novo rumo para o Brasil.

O esgotamento e a falência do modelo neoliberal, imposto pelo FMI/BIRD/OMC, as muitas lutas dos trabalhadores e do povo, a constituição de um projeto nacional, foram alguns dos fatores determinantes para este resultado. O saldo da política de FHC é altamente negativo para os trabalhadores e, em especial, para os assalariados. A economia brasileira está vulnerável, apesar dos sinais de recuperação que começam a aparecer nos primeiros dias do novo governo. As reservas cambiais nunca estiveram tão baixas. A dívida externa, hoje, é superior a 70% do PIB e impõe um financiamento externo de cerca de 50 bilhões de dólares ao ano. Nossa moeda está desvalorizada. A inflação voltou à casa dos dois dígitos após 8 anos. O desemprego em massa, a violência, a informalização e a precarização dos contratos e condições de trabalho são situações explosivas.

Durante o Plano Real, a indústria eliminou 640 mil empregos só no Estado de São Paulo. Os serviços públicos e seus servidores viveram seus piores momentos. Privatizações, demissões, retaliação política. Reajustes diferenciados de até 500%, congelamento de salários para uma grande parcela, estagnação dos concursos públicos. O quadro é grave e exige imediata mudança. FHC deverá ser lembrado como o pior Presidente da História do Brasil. Devemos fazer o esforço necessário para que o julgamento de seu governo não fique nas mãos da mídia, que já começa a endeusá-lo.

Os banqueiros chegaram ao fim da era FHC comemorando o lucro recorde registrado pelo setor no período. O Bradesco, o maior banco privado do país, auferiu lucros líquidos superiores a R\$ 1 bilhão ao ano e acaba de incorporar as agências no Brasil do espanhol Bilbao Viscaya. De um lucro de R\$ 5,7 bilhões registrado em 95, o sistema bancário chegou a 2002 com lucro líquido de R\$ 21,4 bilhões, segundo estudo da ABM Consulting. Um crescimento de 275,4%.

Já os bancários amargaram o fechamento de quase 200 mil postos de trabalho no setor entre 95 e o ano passado. Dados do Sindicato dos Bancários de São Paulo, baseados na Rais (Relação Anual de Informações Sociais), do Ministério do Trabalho, mostram que em 2002 haviam 359 mil bancários. Em 95, eram cerca de 559 mil.

A eleição de um operário metalúrgico à Presidência, líder das grandes greves do ABC paulista, rompe com preconceitos seculares e tende a abrir uma nova etapa em nossa história, pondo fim ao ciclo das décadas perdidas e inaugurando uma era de desenvolvimento sustentada na justiça social, redistribuição da renda, ampliação do mercado interno e valorização do trabalho. Expressou um notável avanço da consciência social e mudanças positivas no imaginário das massas. Alterou a correlação de forças e criou um cenário político bem mais favorável à luta dos trabalhadores.

Embora derrotadas nas urnas, as forças ligadas ao capital financeiro internacional e aos beneficiários locais do velho modelo continuam vivas, atuando com vigor e cinismo no sentido de limitar os passos do novo governo e impedir mudanças substanciais na política econômica. A herança perversa de FHC - em especial a vulnerabilidade externa exacerbada e o recrudesimento da inflação - também conspira contra o sucesso da transição.

Devemos lutar para que esta transição ocorra com sucesso no sentido de superação do atual modelo e constituição de um governo orientado pelos interesses maiores da nação e em especial dos

trabalhadores. Uma outra época só será inaugurada quando a economia nacional voltar a exibir taxas de desenvolvimento econômico e nível de emprego compatíveis com as necessidades e possibilidades do País.

Não será possível, nas condições da atual crise econômica, realizar as transformações que a nação reclama sem reunir uma maioria política favorável às mudanças. Ao mesmo tempo, o movimento popular e, destacadamente, as lideranças sindicais, devem redobrar os esforços de mobilização e organização dos trabalhadores a partir das bases e em todas as instâncias.

Medidas concretas que atendam os interesses das classes trabalhadoras devem ser de logo encaminhadas para debate e deliberação. A redução da jornada de trabalho sem redução de salário e medidas de combate ao desemprego, por exemplo, podem proporcionar o aumento da capacidade produtiva e da riqueza nacional, ao incorporar à atividade econômica milhões de trabalhadores excluídos do mercado pelo neoliberalismo. O combate à sonegação fiscal e à corrupção deve ser implacável.

O movimento sindical, tendo à frente a CUT, necessita forjar uma ampla unidade, envolvendo outras centrais, confederações, federações e sindicatos independentes com o objetivo de passar da resistência à construção da mudança. As batalhas dos trabalhadores devem estar em sintonia com a luta mais geral do governo Lula rumo à reconstrução nacional e por um novo modelo de desenvolvimento. A Fasubra deve procurar se colocar à frente das lutas dos trabalhadores e trabalhadoras do serviço público, assumindo seu papel de vanguarda na formulação de políticas para o setor.

A Fasubra engajou-se na candidatura do companheiro Lula à presidência e, por isso, tem compromisso e responsabilidade pela vitória do programa democrático-popular para o Brasil já apresentado pelo governo. É necessário preservar e reforçar a autonomia das entidades sindicais diante do Estado e do governo e trabalhar para ampliar a formação e a conscientização dos trabalhadores para a luta contra a exploração capitalista. É preciso ampliar o papel social do Estado brasileiro, restabelecendo políticas públicas de atenção ao nosso sofrido povo.

O movimento sindical deve exercer com sabedoria sua política de ação conjunta com o governo Lula, combinando-o com a pressão e vigilância visando assegurar um novo rumo, oposto e alternativo ao neoliberalismo, para a construção de uma sociedade socialista. Fiel às deliberações de suas instâncias, a Fasubra reafirma sua posição de defesa e recuperação dos direitos adquiridos das classes trabalhadoras.

A Fasubra deve incorporar-se às batalhas nacionais para o combate à fome, ao analfabetismo, à pobreza e ao desemprego. Deve aprofundar, imediatamente, o debate sobre as reformas trabalhista, sindical, previdenciária, agrária e do Estado. É tarefa crucial manter o processo de mobilização, conscientização e luta contra a Alca e contra a concessão da base de Alcântara para os EUA.

Conseguimos em 2002 massificar a discussão sobre o real significado da implantação da ALCA, denunciando o processo de recolonização imposto pelos EUA e realizando um plebiscito vitorioso. O povo brasileiro esmagadoramente decidiu pelo repúdio à Alca, decidindo pela saída do Brasil deste processo, defendendo nossa soberania e impulsionando a resistência. Tal fato repercutiu em todo o continente e terá desdobramentos concretos em 2003. Assim, é necessário que o governo Lula encampe a proposta do plebiscito oficial, que defina a posição do país ainda em 2003 e não participe das "negociações" até o resultado do referido plebiscito. Um outro Brasil é possível.

Neste sentido propomos:

- a) Participação do Brasil na Consulta Popular Continental sobre a ALCA e realização do plebiscito nacional institucional;
- b) Interrupção do processo de desnacionalização e privatização das empresas públicas;
- c) Redução da jornada de trabalho sem redução de salários;
- d) Valorização do salário mínimo e instituição de uma política econômica que preserve o poder aquisitivo dos salários;
- e) Universalização do acesso aos serviços públicos, principalmente nas áreas de saúde, educação e previdência social;
- f) Reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar, com garantia de crédito subsidiado, assistência técnica e extensão rural;
- g) Políticas públicas de geração de emprego e renda;
- f) Políticas para o setor público e para os servidores públicos.

## **Plano de lutas**

- 1) Publicação da cartilha sobre Carreira para toda a base, com rateio nacional para todas as filiadas;
- 2) Elaboração e distribuição de cartaz nacional sobre o Plano de Cargo Único;
- 3) Publicação do jornal da Fasubra;
- 4) Nos meses de fevereiro e março, dar prioridade à busca de negociações no MEC e no Congresso Nacional;
- 5) Convocar os GT's assim que necessário;
- 6) Realizar seminários, debates e assembleias gerais sobre a proposta de reforma da previdência do governo Lula;
- 7) A Direção da Fasubra e os GT's elaborarão propostas e textos para debate acerca das reformas anunciadas pelo novo governo;
- 8) Reunião da Direção Nacional nos dias 15 e 16.03 em Brasília;
- 9) Seminário aberto sobre Carreira nos dias 17 e 18.03, com participação da Direção e da base, em BSB;
- 10) Realizar seminários na base sobre carreira e previdência até 13.03, com encaminhamento das sugestões à Direção Nacional até 13.03;
- 11) Realizar seminário nacional sobre a previdência social no dia 19.03, em BSB;
- 12) Realizar Plenária Nacional das Universidades Estaduais no dia 20.03, em BSB;
- 13) Realizar Plenária Nacional Estatutária nos dias 21 e 22.03, em BSB;
- 14) Plenária dos SPF's no dia 23.03, em BSB;
- 15) O CONCUT será realizado de 27 a 31.05, em local a ser definido;

16) O XVIII Confasubra será realizado de 16 a 20.07.03. As entidades de base que desejem sediar o Congresso têm prazo até 15.03 para apresentar projeto à Direção Nacional;

17) As filiadas devem participar aivamente dos CECUT's e do CONCURT;

18) Discutir com a CUT a proposta do governo de Reforma do Estado do governo Lula;

19) Debater com a CUT uma proposta de política salarial e reposição salarial para os servidores públicos federais.

Porto Alegre, 17 e 18.01.2003

esc@ufba.br  
sintufg@ig.com.br